

**Seção: Direitos Humanos e Políticas Públicas de Gênero****A RESISTÊNCIA DAS MULHERES AO “PROJETO DA MORTE”: UMA ANÁLISE ACERCA DA POSSÍVEL AUTONOMIA FEMININA DA CHAPADA DO APODI/RN****Gilmar Fonsêca Júnior<sup>1</sup>****Jaqueline Daniele de Oliveira Brasil<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Este texto apresenta um estudo acerca da resistência popular, que acontece ao Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, uma alternativa idealizada pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, na Chapada do Apodi – local de agricultura familiar. A resistência acontece por parte das camponesas e camponeses, em decorrência das inúmeras violações aos direitos humanos, sociais, culturais, patrimoniais e ambientais. Para tanto, a abordagem da pesquisa será concentrada na resistência feminina, que possui grande importância, ao promover a igualdade de gêneros por meio do trabalho que fazem na região. Tal atitude reflete na participação ativa na luta contra o projeto, denominado pelos resistentes de “Projeto da Morte”, uma vez que ele será responsável por destruir a base agroecológica e sustentável que lá predomina. O objetivo geral do presente estudo é verificar e analisar a possível autonomia das mulheres na luta dos agricultores contra o referido projeto, enquanto que a metodologia utilizada se pauta em referências bibliográficas, bem como em entrevistas, que constituíram a coleta de dados. A conclusão obtida, frente à hipótese inicial de que havia autonomia feminina, comprovou a existência da mesma, como ação coletiva de trabalhadoras rurais camponesas ao referido projeto, desconstruindo as opressões de

gênero que possam haver em suas comunidades.

**Palavras-chave:** Conflito Socioambiental. Autonomia Feminina. Perímetro Irrigado. Agronegócio. Agroecologia.

**ABSTRACT:** This text presents a study about a popular resistance, that takes place in Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, an alternative project idealized by the Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, in Chapada do Apodi – place of family-based agriculture. The resistance happens on the part of female and male peasants, generated by many violations to human, social, cultural, patrimonial and environmental rights. For this purpose, the approach of the research will be concentrated in the feminine resistance, that has a huge importance, promoting gender equality by means of the activities they develop in the region. This attitude reflects in the active participation on the fight against the project, denominated by resisters “Projeto da Morte”, since it is going to be responsible for destroying the environmental and sustainable base that predominates there. The general purpose of the present study is to verify and analyze a possible autonomy of women in the fight of the peasants against the project pointed, while the methodology used is guided by

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Universidade Potiguar – Campus Mossoró.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Campus Mossoró.

bibliographical references, as well as interviews, that made up all the collected data. The conclusion obtained, facing the initial hypothesis that there was female autonomy, proved the existence of that, as a collective of female rural workers to that project, deconstructing the gender oppressions that might exist in their communities.

**Keywords:** Environmental conflict. Female autonomy. Irrigated perimeter. Agribusiness. Agroecology.

## 1. INTRODUÇÃO

A constante implementação de políticas neoliberais nas regiões agrárias brasileiras vem causando mudanças e/ou transformações no contexto nacional desde a década de 1990 –como afirma Almeida (2006) –, proporcionando, dessa forma, uma crescente estrutura de trabalho no meio rural, por causa das novas tecnologias. Desse modo, há uma intensificação no processo de modernização, tendo em vista a ótica econômica-comercial, o que acaba por afetar algumas regiões produtivas, com a troca da mão-de-obra humana pela máquina – prejudicando, especialmente, o agricultor mais pobre.

A luta pela terra se intensificou graças à indignação de camponeses (agricultores) – auxiliados por entidades responsáveis pelo processo de reforma agrária, como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) –, que

buscam enfrentar o agronegócio que serve o campo ao capital, ao invés de servir ao povo, que sofre com efeitos dos venenos dos agrotóxicos, exploração e violação de direitos humanos, por isso constrói e solidariza o coletivo em prol de uma alternativa agroecológica.

Em meio ao processo de empobrecimento territorial e de resistência popular, surge uma espécie de proliferação de novas formas de organização no meio rural, isso porque o campo deixa de ser um local apenas agrícola, passando a englobar atividades sociais, enfraquecendo, assim, o tradicionalismo dos grandes proprietários, o que possibilita novas ações e intervenções, por parte dos pequenos produtores ou do sindicalismo rural, no campo brasileiro, como escreve Navarro (2002: 273).

Reconhecendo-se as particularidades do meio rural, houve diversas mudanças operacionais dentro do contexto agrário quanto à igualdade de gêneros. Isso porque as mulheres obtiveram êxito no crescimento da efetiva participação dentro do movimento no campo, lutando diariamente pelas garantias que assegurem o fim do patriarcado e das formas de opressão, além de explicitar o descaso social e político causado pelo capitalismo exacerbado, fonte das desigualdades do país, conforme afirma Silva (1997: 124).

Freitas (2010: 53) afirma que “De 1970 a 2004, foram construídos 37 perímetros irrigados no Nordeste, marcados pela desterritorialização dos camponeses”. Dentre as centenas de regiões que enfrentam o problema, uma pertence ao estado do Rio Grande do Norte (especificamente, na Chapada do Apodi), vinculando a essa luta, a resistência à implementação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, conhecido como “Projeto da Morte”, que tem como consequência a utilização do veneno do agronegócio para violar o território onde há atuação de agricultura familiar e camponesa.

O projeto promete levar a melhoria da qualidade de vida às pessoas com a instalação desse pólo produtivo, que será viabilizado com a construção da barragem de Santa Cruz, garantindo o fornecimento de água, possibilitando o desenvolvimento da região através de ações de diversas naturezas para o crescimento das ações relacionadas com o aproveitamento dos recursos hídricos, solo e demais atividades correlatas. Quando, na realidade, o que acontecerá é que essa água e esse suposto desenvolvimento acontecerão em prol do agronegócio, não da população camponesa local, que será expulsa da região e, se retornar como operário da indústria, terá sua autonomia ameaçada por baixos salários e

saúde comprometida pela exposição aos agrotóxicos.

A pesquisa visa, afinal, analisar a autonomia das mulheres da Chapada do Apodi, pautando o entendimento do conflito. A problemática do texto a seguir envolve a possibilidade de existência de autonomia por parte das mulheres que compõem a resistência ao projeto no Oeste Potiguar, que é palco da hipótese inicial de que há aptidão e/ou competência feminina em meio à intensa mobilização popular rural realizada na luta contra a implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, que pretende desapropriar vários hectares de terras, pertencentes a trabalhadores rurais, para a instalação de indústrias do agronegócio.

A metodologia começou a ser definida a partir do conceito de que pesquisa é um procedimento intelectual para investigar um determinado conhecimento, onde se foi escolhido como objeto de estudo a resistência ao “Projeto da Morte”, tomando como base o processo formal e sistemático de desenvolvimento. A problemática foi definida a partir da vivência dos próprios pesquisadores como atuantes de um projeto de extensão universitária – denominado Ser-Tão –, que atua com assessoria jurídica e educação popular em movimentos sociais

campeiros, no meio em que os mesmos constituem domicílio.

A pesquisa, de modo geral, foi formulada num pressuposto qualitativo, pois foi de compreensão subjetiva. O nível da pesquisa não foi o mais simples possível, sendo descritiva, estudando e descrevendo características e buscando conhecer termos gerais, apontando opiniões acerca do tema tratado. Isso porque o alvo da pesquisa foi escolhido em cima de um tema dinâmico, que poderia ser usado em prol de toda uma sociedade, uma vez que atinge, diretamente, outras comunidades.

A estratégia foi dividida em leitura de livros e coleta de dados feita por meio de uma entrevista não estruturada, ou seja, eram perguntas fixas, mas que não que obtinham respostas práticas e rápidas. Isso tudo a partir de um roteiro com certo número de perguntas, que ficava nas mãos do pesquisador. A entrevista é uma forma de coletar dados sobre um objetivo específico, mediante um interrogatório previamente planejado. De acordo com Cerro & Bervian (2005: 51), “A entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para uma pesquisa”.

A entrevista se tornou o instrumento mais viável para os pesquisadores obterem

informações que não podem ser obtidas por documentos ou registros, utilizando-a para estudar fatos, casos e opiniões. Foi realizado um trabalho de campo, caracterizado pela interrogação direta, buscando conhecer um determinado comportamento. A ideia era perguntar diretamente, para que se pudesse analisar qualitativamente os dados, obtendo rapidez e tendo contato com a realidade, havendo grande profundidade e indicando apreensão no fenômeno estudado. As perguntas, feitas previamente, foram destinadas à Maria da Conceição Dantas Moura – militante e coordenadora do Centro Feminista 08 de Março, na cidade de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte –, que possui ligação direta com a resistência feminina, uma vez que participou de diversos atos contra a implantação das indústrias de fruticultura irrigada, pois tal fato acarretará na expulsão de diversas famílias que lá vivem.

A pesquisa, qualitativamente, estudou a possibilidade de igualdade de gêneros através do trabalho desenvolvido na região, que acaba por ser uma tentativa de desconstruir as opressões existentes. Depois de feita a análise e a interpretação dos dados, seguiu-se o processo de integração desses dados obtidos. Nesse momento, houve uma separação das ideias, diferenciando estas principais das secundárias, que fortaleceu a importância

do conjunto. Nessa parte do processo de interpretação, foi fundamental a compreensão dos termos e conceitos do material, exigindo uma visão crítica durante a leitura.

## 2. O CONFLITO

Na divisa entre os estados nordestinos do Ceará e do Rio Grande do Norte, existe uma formação montanhosa que funciona como uma espécie de divisor entre os rios Apodi e Jaguaribe denominado de Chapada do Apodi. A região localizada no lado potiguar foi palco de reforma agrária na década de 1990, o que teve por consequência a constituição de uma cadeia agroecológica, que, hoje, acaba por ser alvo do agronegócio.

Isso acontece porque o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – pretende utilizar de políticas públicas para implantar um perímetro irrigado que atenda interesses econômicos, através do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, implantado entre os municípios de Apodi e Felipe Guerra, que pretende, de acordo com o decreto de desapropriação, atuar em cima de 13.855 (treze mil, oitocentos e cinquenta e cinco) hectares de terra, instalando empresas de médio e grande porte. Terras, hoje, pertencentes à agricultura familiar, mas que se vê

ameaçada por interesses econômicos de políticos e empresários.

A ideia é instalar empresas de médio e grande porte que trabalharão com fruticultura e que servirão para retirar, aproximadamente, 6.000 (seis mil) camponeses que lidam com a agricultura orgânica e com a óptica agroecológica em cima dos solos, atuando de forma sustentável com o ambiente que integram. De acordo com Medeiros (2013: 81), “Compreendendo a área desapropriada e a de influência indireta, hoje habitam 1.649 famílias divididas em 55 comunidades rurais (...)”.

Vale ressaltar, ainda, que a região que se busca desapropriar apresenta relevo, fauna e flora de grande importância, possuídas de uma vasta quantidade de espécies endêmicas, bem como de formações arqueológicas, ou seja, o meio em que se busca implantar o projeto é palco de patrimônios históricos e culturais. O projeto, além de concentrar terras nas mãos de grandes empresários que irão disseminar os agrotóxicos responsáveis pela devastação do meio ambiente, será responsável pela destruição de uma cadeia agroecológica e, obviamente, do campesinato que acontece na região.

Outro ponto importante é a presença de grande associação fossilífera do período

cretáceo, ou seja, há uma enorme presença de fósseis (vertebrados e invertebrados) com valor histórico e científico dentro de um dos sítios arqueológicos mais importantes do país, denominado “Lajedo da Soledade”, sendo que os impactos proporcionados a tal local nem foram preconizados, havendo uma clara omissão às supracitadas existências.

Tal região fez o município de Apodi estar entre a lista das cinco cidades que mais se destacaram por causa da produção agrícola e pecuária no estado do Rio Grande do Norte em pesquisa sobre o Produto Interno Bruto (PIB) no território potiguar realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). É, inclusive, nesse cenário que mais da metade da população vive no meio rural, resultado de processo histórico de lutas pela reforma agrária no século passado, que culminou na conquista do pedaço de terra, posto que várias assentamentos foram conseguidos – seja através do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) ou de Crédito Fundiário.

O Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi explicita os malefícios provenientes do agronegócio em suas próprias análises, através do EIA (Estudos de Impactos Ambientais) e do RIMA (Relatório de Impactos Ambientais), as quais já prevêem

a contaminação das águas – superficiais e subterrâneas – e dos solos, graças aos fertilizantes e agrotóxicos, provando que a agricultura irrigada do perímetro é uma ameaça. Isso acontece porque as empresas implementadas trabalharão com culturas de uva, banana e cacau de modo inviável e inexecutável, uma vez que as irregularidades estão previstas nos próprios relatórios do projeto, provocando um dispêndio sem resultado econômico e social, pois até mesmo a barragem de Santa Cruz não será suficiente para dar segurança à irrigação, que está além de sua vazão, como mencionado no RIMA (2009: 20).

Tais irregularidades (e até mesmo contradições) podem ser notadas quanto à imprecisões ou quanto à ausência de dados concretos que possam, realmente, caracterizar as violações que virão a acontecer ao meio ambiente. “Seguindo uma praxe quando se fala em grandes obras, o RIMA do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi é marcado por contradições e superficialidades, mascarando grande parte das violações trazidas pelo empreendimento”, como afirma Medeiros (2013: 80).

Apesar do RIMA ter preconizado a análise exaustiva dos impactos, os dados foram inconsistentes, pois aqueles foram pouco quantificados – foram apontados 58

(cinquenta e oito) impactos considerados negativos, mas não se cumpriu com a previsão de análise individualizada de nenhum destes (2009: 58) –, além de que em tal relatório não houve oferecimento de condições reais que dimensionassem as agressões ao meio ambiente. Como afirma o Dossiê-Denúncia (2012: 13):

“Assim, é imprescindível a defesa desses grupos e do seu modo de vida tradicional, sendo necessário que sejam especificados no RIMA, explicitamente, quais serão os impactos à comunidade, de modo que se garanta a proteção à cultura, história e memória desses grupos, buscando efetivar a defesa dos direitos culturais e dos modos de vida tradicionais, enquanto direitos humanos”.

Ademais da problemática do uso dos agrotóxicos, outro motivo leva à luta dos agricultores de Apodi. Este é representado pelo conhecimento que os camponeses têm acerca das consequências que um projeto similar trouxe ao lado cearense da Chapada já citada, na região do Baixo Jaguaribe, posto que houve identificação de pessoas com câncer, contaminação de solos e alimentos – bem como do lençol freático – e registro de diversas mortes causadas pelo contato com agrotóxicos, como afirma Rigotto (2012).

Mais um fato preocupante é a remoção dos agricultores, que precisarão sair de suas terras sem que haja perspectiva de reassentamento, o que acabaria por

causar, possivelmente, um deslocamento de tal população ao centro urbano de Apodi, tornando-se, portanto, uma espécie de reforma agrária ao contrário, pois o projeto retiraria o homem do campo e o realocaria na cidade, como que em um êxodo, gerando, talvez, favelização e prostituição. Delgado (2010: 106) explicita, acerca do contexto nacional, que “Há sinais, na conjuntura presente, de multiplicação dos focos de criminalidade, de violência e conflito, que em grande medida se derivam da forma desigual com que se administra os interesses rurais do país”.

Segundo o RIMA, o investimento do empreendimento será, em torno, de R\$ 209.208.693,00 (duzentos e nove milhões, duzentos e oito mil, seiscentos e noventa e três reais). Porém, o site oficial do DNOCS informa que o valor será de R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), sendo que destes, R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) serão destinados às obras de infraestrutura (número bem acima do informado no relatório) e, apenas, R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para as ações, futuramente, complementares, ou seja, para as desapropriações, reassentamento, aquisições de áreas de preservação e ações ambientais. A partir disso, é possível a detecção de equívocos no que se refere a

valores, bem como é possível, também, a percepção de uma desvalorização quanto ao referente às propriedades.

Foi nesse contexto de conflito que o Relatório de Conflitos do Campo da Comissão Pastoral da Terra – CPT (2011: 50) qualificou que houve confirmação de embate, datando o município, a quantidade de famílias e a categoria na qual a luta se encontra. Foi a partir da indignação gerada para com o projeto que os moradores da região se insurgiram contra o dito perímetro irrigado, denominando-o, inclusive, de “Projeto da Morte”, pois será através do mesmo que haverá destruição de toda uma agricultura familiar, de base agroecológica e sustentável, para que a agroindústria e o agronegócio se sobressaiam perante o modo de vida e a produção tradicional das comunidades.

Nessa perspectiva de possibilidade do projeto ser embargado, afirmou o Dossiê-Denúncia (2012: 3) que tal risco de dispêndio de milhões de reais aos cofres públicos poderia servir como propulsor de uma das maiores tragédias do sertão nordestino dos últimos cem anos. Para isso, Pontes (2012: 119) afirma que o processo histórico de luta e movimento social que acontece em Apodi fez o mesmo se tornar conhecido não só no estado em que acontece, mas em todo o país, tendo em

vista as experiências de produção agroecológica. Toda a resistência é apoiada e influenciada por atos políticos, manifestações, seminários, formações políticas e estudos técnicos e jurídicos, para que os camponeses da região se organizem e atuem juntos de vários movimentos e organizações com papéis sociais.

### **3. A RESISTÊNCIA AO PROJETO**

Nas décadas de 70 e 80, a Chapada do Apodi era marcada por grandes latifundiários, até que se iniciou um processo de organização popular por parte do movimento dos trabalhadores rurais, objetivando a reivindicação de água e de trabalho em época de seca. Tudo isso culminou em mudanças positivas ocorridas nos anos 90, quando houve uma intensa luta pela reforma agrária na região e acabou por haver o estabelecimento de projetos de assentamentos, ou seja, a terra passou a pertencer aos pequenos agricultores familiares, mesmo em comunidades.

No entanto, os valores, costumes e culturas que permeiam a relação harmônica entre agricultores e meio ambiente estão ameaçados pelo Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, proposto pelo DNOCS como política de irrigação do Governo Federal, destinando a região à expansão do

agronegócio, numa tentativa de acabar com a maneira justa e sustentável com que vivem os trabalhadores do semiárido.

Ocasionam-se graves danos à saúde dos trabalhadores trabalhar e viver ao uso de agrotóxicos traz problemas de saúde tanto para os trabalhadores como para as comunidades do entorno, bem como para a sociedade em geral, que consome o alimento com veneno (RIGOTTO et al., 2010: 148-175).

O conflito socioambiental, portanto, figura a incompatibilidade do agronegócio na região, de modo que a resistência que ocorre é para que não haja a implementação do Projeto da Morte no município, antecedendo, então, a instalação das indústrias na área. A resistência saiu dos contornos legais e acabou por abarcar diversos movimentos sociais do estado, expandindo as ações contra o referido projeto para um contexto nacional, firmando parcerias com universidades e sindicatos, dentre outras formas de produção, passando, ainda, a ganhar cada vez mais forças.

No dia 10 de junho de 2011, quando o Governo Federal assinou o decreto para a desapropriação de 13.855 hectares de terras para a implementação do projeto de irrigação na área, com o patrocínio do Ministério da Integração Nacional e sob o

comando do DNOCS, com gastos previstos de mais de 240 milhões de reais.

O projeto seria uma extensão do perímetro irrigado de Limoeiro e Russas no Ceará, que também compreendo a Chapada no outro estado. Nessa região onde o projeto já foi instalado, restam poucas comunidades de camponeses resistindo e sofrendo as consequências do mesmo, pois a utilização de agrotóxicos é intensa, havendo incidências de pessoas acometidas de câncer, registros de diversas mortes e contaminação de solos e alimentos, bem como do lençol freático, como informa o Dossiê-Denúncia (2012: 25).

No dia 16 de junho – ainda na mesma semana da assinatura do decreto por parte da Presidência da República –, o FOCAMPO (Fórum do Campo Potiguar) ressurgiu aglutinando as diversas representações do campo dentro do estado. Tal fórum congrega movimentos políticos de agricultores e entidades atuantes no meio rural do Rio Grande do Norte e se contrapõe ao modelo agrícola baseado no agronegócio, no uso do agrotóxico e no monocultivo que concentra terras e destrói o meio ambiente. Houve, então, um registro das experiências falidas e desastrosas dos projetos de irrigações (como perímetros irrigados implantados nos municípios de Pau dos Ferros e Caicó). Portanto, surgiu a

organização da luta central, para que houvesse resistência e denúncia, objetivando a exigência de que o Governo Federal revogasse o decreto e dialogasse com os movimentos sociais.

Diversas entidades assinaram o manifesto produzido pelo FOCAMPO, sendo algumas delas: Articulação do Semiárido (ASA Potiguar), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi, dentre outras instituições que apoiaram – e apoiam – a resistência realizada na Chapada.

Em 19 de julho de 2011, o Ministro da Integração Nacional (Fernando Bezerra) recebeu membros do FOCAMPO, para que houvesse um diálogo com o Governo Federal. Para isso, a reunião, que foi realizada no gabinete do ministro, contou com a presença da governadora Rosalba Ciarlini, do senador/ministro Garibaldi Alves, da deputada Fátima Bezerra, do deputado estadual Fernando Mineiro, do presidente do DNOCS (Elias Fernandes) e de uma comitiva de agricultores do município de Apodi, assim como da região do Vale do Jaguaribe.

Em 25 de julho de 2011, 2.000 (dois mil) agricultores foram às ruas de Apodi dizer “não” ao Projeto da Morte. Esse protesto ocorreu no dia do trabalhador (a) rural, onde os agricultores lotaram as ruas da cidade, em meio a uma grande caminhada para protestarem contra o projeto, além de terem apresentado alternativas.

No dia 12 de agosto de 2011, as organizações que compõem o FOCAMPO dialogaram com o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura e do Ministério da Integração Nacional. Tais organizações representaram os camponeses e seus assentamentos quando se reuniram com os secretários, discutindo, positivamente, sobre as proposições apresentadas pelos movimentos e pelos agricultores, onde o Secretário Nacional de Irrigação afirmou que “O projeto precisa ser rediscutido e revisto de modo que este não venha a prejudicar os agricultores que moram na Chapada do Apodi”, como conta o Dossiê-Denúncia (2012: 30).

No dia 18 de novembro de 2011, camponesas de Apodi enviaram cerca de 2.000 (duas mil) cartas à Presidência da República, para protestarem contra o Projeto da Morte. A iniciativa foi articulada pela Comissão de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais do

município de Apodi, que pediram a Presidenta Dilma Rousseff a revogação do decreto que pretende implementar o Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, expulsando-as de suas terras.

O envio das cartas foi uma espécie de tentativa de diálogo de mulher para mulher, que mostrava a força feminina dentro da resistência, articulando sobre os malefícios do agronegócio. A Comissão obteve dificuldade ao se deparar com o analfabetismo das camponesas, que, mesmo assim, persistiram num pedido de solidariedade feito pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Em 21 de dezembro de 2011, os movimentos do campo do Rio Grande do Norte (e do Brasil) foram à Secretaria Geral da Presidência da República denunciar o Projeto da Morte. O Ministro-chefe da denominada secretaria – Gilberto Carvalho – recebeu as lideranças que compõem o FOCAMPO, onde se pautou acerca do projeto. A audiência foi solicitada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e teve a presença, até mesmo, de professores especialistas no assunto.

No dia 25 de julho de 2012, cerca de 3.000 (três mil) agricultores e agricultoras fizeram uma caminhada em Apodi, como forma de dizer “não”, mais uma vez, ao projeto. Vários camponeses, mulheres

militantes da MMM e participantes dos demais movimentos sociais da região protestaram, realizando uma caminhada de 5 km, onde a multidão tomou conta das ruas da cidade, com faixas, cartazes e carros de som, numa tentativa de alertar a sociedade e de barrar a execução da entrega da Chapada para as cinco empresas do agronegócio.

Em 31 de outubro de 2012, diversas entidades subscreveram um dossiê-denúncia que buscava mostrar as irregularidades do projeto, explicitando equívocos e contradições no RIMA, além de explicitar os malefícios que seriam causados, através de dados e pesquisa. Dentre as entidades participantes, estavam: RENAP (RN e CE), CPT, GEDIC (Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina), Projeto Ser-tão, Centro Feminista 08 de março, ASA, STTR – Apodi, entre outras atuantes dos movimentos sociais que compõem a região.

Em 24 de julho de 2013, O MST e o STTR de Apodi, junto com participação dos agricultores diretamente afetados, ocuparam terras que fazem parte da área do perímetro irrigado, como em uma tentativa de mostrar resistência à obra. O protesto recebeu apoio das já citadas instituições sociais (MMM, CPT, ASA, dentre outras). A ocupação teve o objetivo de reivindicar contra o projeto do DNOCS, de modo que

também houve bloqueio de BR's. Isso porque desde 2011, acontecem desapropriações nessa região, como que a expulsar centenas de famílias de suas terras, visando a destruição das comunidades camponesas e da forma familiar de agricultura existente.

No dia 02 de dezembro de 2013, a resistência campesina recebeu apoio de mais instituições, além daquelas que já participavam do movimento, de forma que as mesmas assinaram uma carta de solidariedade às comunidades e de repúdio ao Projeto da Morte. Foram mais de cem entidades – nacionais e internacionais –, como: Actionaid, Amigos de La Tierra América Latina y el Caribe (ATALC), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação das Comunidades Fraternas (ACF), Central de Trabajadores de la Argentina (CTA), Comité de Derechos Humanos de Base de Chiapas Digna Ochoa (México), Grito das/dos Excluídas/os, Levante Popular da Juventude, Movimento Mística e Revolução (MIRE), Via Campesina, dentro outros, como os já foram citados anteriormente.

Houveram, claro, outros diversos atos que demonstraram – assim como acontecerão outro que, ainda, demonstrarão – a luta e a resistência que só cresce, tornando o conflito socioambiental uma

disputa pelo modelo de desenvolvimento rural que se quer para o município, destacando a alternativa agroecológica. A resistência segue nos moldes da preservação ambiental, da proteção à saúde do trabalhador, da promoção da agricultura familiar e das vozes que ecoam no território.

As mulheres que compõem a Chapada do Apodi estão muito presentes e sempre firmes na luta, contando, sempre, com a participação das entidades e organizações. O movimento feminista atua como que protagonizando diversas experiências produtivas, gerando não só renda, como autonomia. Esta conquistada através de um longo e difícil processo de auto-organização das mulheres do município, como afirma o Dossiê-Denúncia (2012: 33).

#### **4. A AUTONOMIA FEMININA**

Nesse panorama de luta pela terra relacionada à construção social igualitária, surge a necessidade de uma pesquisa que problematize a existência das relações de trabalho e gênero das trabalhadoras da Chapada do Apodi, já que o trabalho é a base do sustento familiar. E construir um modelo antagônico às práticas conservadoras, latifundiárias, autoritárias, patriarcais e neoliberais do agronegócio

consiste em respeitar a terra e as pessoas que vivem dela e nela, o que não é possível sem a organização e autonomia das mulheres.

Fazendo uma breve contextualização histórica, as mulheres, pelas suas condições sociais de opressão passaram a assumir posições de trabalho como uma produção secundária e desvalorizada diante do mercado, não participando ativamente da vida política da sociedade e cabendo a elas apenas a produção doméstica e familiar, como os quintais produtivos das mulheres de Apodi, ou de trabalhos considerados “leves” e, portanto, desvalorizados. Segundo Kergoat (2009), a separação e a hierarquização são os dois princípios que organizam, estruturam e constituem a divisão sexual do trabalho. Consequentemente, as responsabilidades do trabalho doméstico as privam das oportunidades de se constituir como agentes do desenvolvimento local.

O cuidado (tarefas domésticas, trabalho voltado para subsistência, cuidado com os filhos e com as pessoas), é particularmente relevante para se medir a atividade econômica das mulheres, especialmente das mulheres rurais. Tal trabalho reprodutivo impõe custos, em forma de obrigações financeiras, oportunidades perdidas e salários aos que se

renuncia, mas também gera compensações intrínsecas, vínculos familiares e sociais mais sólidos e serviços de alta qualidade para as pessoas dependentes (FOLBRE, 2011: 279).

São atos de trabalho, que exigem esforço e também técnica (lavar, passar, varrer, preparar comida para a família, cuidar dos filhos, etc.), embora costumemos relacionar a imagem da Dona de Casa a alguém que cuida da casa “por amor”, ou que alguém que “não trabalha, é apenas dona-de-casa”. São atividades sempre voltadas para o atendimento de uma necessidade de sociabilidade concreta, determinada historicamente e que remete para muito além de si própria. Suas conseqüências objetivas e subjetivas não se limitam à produção do objeto imediato, mas se estendem por toda a história da humanidade, sendo, portanto, necessária à reprodução social.

Por outro lado, segundo Rodriguez (2010), o trabalho do cuidado também influencia na quantidade de horas disponíveis para o trabalho na produção. Sabe-se que para boa parte das mulheres, este só é possível com as horas restantes do tempo gasto na responsabilidade com a reprodução.

A distinção entre homens e mulheres é construída socialmente,

priorizando o primeiro na esfera produtiva e a mulher na esfera da reprodução. As atividades realizadas pelos homens têm um valor social de superioridade em relação às mulheres. Desta forma, a socialização dos homens e das mulheres é determinada pela divisão sexual, que, por sua vez, define as responsabilidades na esfera pública e na esfera privada.

Em contraponto, o evidente protagonismo das mulheres em todas as experiências camponesas bem-sucedidas nas comunidades da Chapada do Apodi, mostra que é possível existir uma agricultura que se opõe ao histórico de opressões que o modelo hegemônico reproduz. E isso é resultado da tomada de consciência da própria dominação e marginalização das mulheres, que orienta a necessidade de definir estratégias para a defesa de seus direitos, a partir do momento que se vêem como sujeitos históricos que podem e devem participar, tanto das lutas específicas, quanto das lutas gerais da classe.

Por isso, visando superar os obstáculos que dificultavam o acesso das mulheres às políticas de desenvolvimento rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, realizou parcerias com a Sempreviva Organização Feminista

(SOF) e o Centro Feminista 08 de Março (CF8).

Os grupos produtivos da região Oeste têm uma dimensão mais ampla que plantar, colher e comercializar, são pautados pela necessidade de construir movimentos sociais, fazer das necessidades individuais das mulheres, desafios coletivos de lutas. As instituições citadas desenvolveram um projeto integrado por um conjunto de atividades de formação, capacitação, orientação e articulação que possibilitaram maior participação das organizações delas nos territórios.

As mulheres da região Oeste que participam de grupos produtivos refletem que o cuidado da casa e da família foi destinado a elas e antes não existia conflito sobre essa atribuição. “Achava que era obrigação da mulher fazer tudo dentro de casa”; “Acho que o trabalho vem do berço, da nossa criação, nossas avós...” (depoimentos das participantes da oficina sobre trabalho doméstico, realizada pelo Centro Feminista 08 de Março na Chapada do Apodi, em 2008).

No entanto, consideraram que com a participação e a aquisição de bens, como uma plantação e criação de animais ampliam sua capacidade de negociação no trabalho doméstico. Hoje, como se notam pelos depoimentos das camponesas, os

homens colaboram com as tarefas historicamente atribuídas a elas, o que já é um avanço e as proporciona maior liberdade, apesar de não haver uma divisão igualitária.

A visão sobre a responsabilidade com o trabalho doméstico sofreu alterações significativas a partir da participação no movimento e da constituição desses grupos produtivos. “Eu vim enxergar que as tarefas deveriam ser divididas, quando passei a participar do movimento”; “As mulheres que são de grupos de mulheres já consegue dividir algumas tarefas”; “Quando as mulheres vão trabalhar e têm suas próprias cabras, sua horta suas caixas de abelha a coisa muda, parece que os homens sentem necessidade de ser mais bacana, ajuda nas tarefas, parece que eles – os homens e filhos – pensam: eu tenho que contribuir” (depoimentos das participantes da oficina sobre trabalho doméstico, realizada pelo Centro Feminista 08 de Março na Chapada do Apodi, em 2008).

A emancipação adquirida pelas camponesas dessa região tem um elo forte com a autonomia econômica conquistada, como podemos notar pelos depoimentos. Pois se antes, os trabalhos que elas desenvolviam não eram considerados produtivos pelo capitalismo, por não gerar renda, ou quando reconhecidos, eram

considerados como uma ajuda ou complemento ao trabalho do homem, a partir do momento da tomada de consciência da divisão sexual do trabalho como estruturante das relações sociais de sexo e por isso instrumento de perpetuação das desigualdades, elas passaram a desenvolver os trabalhos considerados “de homens”, o que foi imprescindível para o empoderamento.

Sarah de Roure, integrante da equipe da SOF afirma, no site oficial da organização, que “É o trabalho cotidiano das mulheres no cuidado da casa, das crianças e dos doentes, lavando, cozinhando e arrumando que garante a sustentabilidade da vida humana. O capitalismo naturaliza que todo esse trabalho deve ser desempenhado pelas mulheres, como se fossem um tema privado, não ofertando assim serviços públicos, se apropriando o tempo e do trabalho das mulheres”.

As práticas agroecológicas de produção de alimentos e criação de animais garantem a soberania alimentar e viabilizam a comercialização local. Essa produção representa, hoje, o terceiro maior PIB agropecuário do estado. O destino de todas essas camponesas e esses camponeses se forem expulsos de suas terras pelo “Projeto de Morte”, já que vivem da agricultura e não têm outra ocupação, provavelmente é

retornar às terras como mão-de-obra barata explorada pelo capital, assim como ocorreu em todos os perímetros irrigados e muitos outros projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instalados Brasil afora, que prometeram trazer o desenvolvimento, mas trouxeram consigo o aumento da miséria, da prostituição e da violência.

Acerca de tais adversidades, escreve Freitas (2010: 140) sobre a implantação do perímetro no Vale do Jaguaribe:

“Outros problemas relacionados às transformações sócio-territoriais ocorridas naquele espaço trata-se da prostituição – em parte funciona em bairros instalados nas residências – uso de drogas e da violência, causando a sensação do desconforto e insegurança (...). Esses problemas estão relacionados, também, às condições precárias ofertadas pelo agronegócio, a exemplo do emprego sazonal. As drogas e a prostituição constituem refúgios para os sem-trabalho da Chapada, principalmente os que aguardam um novo período de contratação.”

Em tal cenário, mulheres e adolescentes entram na cadeia do agronegócio vendendo seus corpos, que ficam à mercê da objetificação promovida pelo patriarcado. Elas tornam-se

responsáveis pela satisfação da demanda sexual dos trabalhadores da região, como mecanismo de subsistência para si e para suas famílias.

As experiências da região Oeste potiguar são exemplo pro Brasil – bem como para a localidade interessada – de desenvolvimento local sustentável com mote na igualdade de gênero. Faz-se necessário, no entanto, ampliar a capacidade do Estado de promover e proporcionar a cidadania das mulheres e, em especial, elaborar e executar políticas públicas. Estas com um alcance universal e geral, que dê conta da socialização do trabalho doméstico para além da realidade urbana, se centrando nas realidades rurais, ao invés de implantar projetos que comprometam sua autonomia.

Pelos exemplos que temos, supomos que seriam as mulheres as mais afetadas, porque além dos homens serem prioridade nas contratações, a autonomia dessas mulheres e seus direitos concretizados com tanto suor, estão comprometidos com a expulsão delas de suas terras.

Durante o 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), as militantes denunciaram por suas vivências nesses territórios que as atingidas por barragem não são reconhecidas, justamente por não terem o título da terra.

As empresas não as reconhecem como atingidas, nem o estado brasileiro. Outra questão é o aumento dos casos de gravidez na adolescência nas áreas de construção das barragens e a prostituição. “Junto com a barragem e a empresa da construção civil vem à empresa da prostituição. Isso tem se repetido sistematicamente nas obras das hidrelétricas”, afirmou a dirigente do MAB, citando como exemplos casos ocorridos em Belo Monte, no Pará, e em Jirau de Santo Antônio, em Rondônia.

Há, portanto, grande resistência das mulheres para que esse projeto seja implantado, elas e os movimentos sociais que participam dessa luta o chamam de “antirreforma agrária” ou “projeto de morte”, já que irá desapropriar 13.885 hectares, expulsando famílias camponesas que vivem há muitas décadas e cumprem com a função social da propriedade, obrigação constitucional, desenvolvendo experiências de convivência sustentável com o Semiárido.

A lógica de implantação desse projeto está diretamente ligada à força ideológica do desenvolvimento e da modernidade, apresentando esse modelo de progresso como uma resposta ao suposto arcaísmo do campesinato, ideia amplamente difundida pela mídia e absorvida pela população. Quando o

progresso está relacionado à promoção das escolhas e das oportunidades da sociedade, de modo a partilhar no tempo o crescimento econômico, equidade social e a conservação do meio-ambiente. Destarte, “reorientar o estilo de desenvolvimento é romper com a noção de desenvolvimento ancorada especialmente na idéia de crescimento econômico” (COSTA, 2010: 72).

À vista disso, contrapondo-se ao discurso do DNOCS que anuncia a chegada do desenvolvimento na cidade, há uma placa de protesto que diz: “A Chapada do Apodi é território da agricultura familiar e camponesa. Aqui, já fazemos desenvolvimento”.

A diferença salarial e de renda entre homens e mulheres, a exclusão do mercado formal e, portanto, da garantia de direitos além do não reconhecimento do trabalho doméstico diário são exemplos da desigualdade que deve-se superar no modelo preeminente para a construção de uma sociedade justa, igual e livre. É fato que os trabalhos domésticos e de cuidado são a chave do limite da construção da autonomia para as mulheres, portanto parte estratégica do projeto de mudanças.

As mulheres de Apodi se mobilizaram para tentar barrar o projeto do DNOCS desde 2011. Organizaram oficinas, onde foram escritas cartas para a presidenta

Dilma Roussef no intuito de sensibilizá-la a não autorizar a obra. Foram realizadas manifestações, audiências públicas. No entanto, nada disso adiantou, pois o

Governo Federal já assinou a ordem de instalação do canteiro de obras.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

| <b>De que maneira, exatamente, a implantação do perímetro irrigado afeta a autonomia das mulheres?</b>   |  |
|--|--|
| <b>Opinião da entrevistada</b>   | <b>Análise das opiniões</b>  |
| <p>“No momento em que o agronegócio chega, a mulher deixa de ter autonomia ao ter contato com uma nova tecnologia, ao se ver de frente com o agrotóxico e ao perder o controle sobre a produção. O modelo de produção capitalista prefere a mão-de-obra masculina e, ainda, de fora do local onde se pretende implantar para que os trabalhadores não tenham relações sociais fortes, o tal perímetro aumenta, assim, o índice de prostituição, para suprir a demanda sexual desses homens e marginalização das mulheres em consequência. A autonomia das mulheres é ameaçada, portanto, graças à ‘objetificação’ feminina – tanto na esfera de produção quanto de reprodução.”</p> <p>Entrevista concedida ao (s) autor (es) em 23 de setembro de 2014.</p> | <p>O CF8 (Centro Feminista 08 de Março) e o SOF (Sempreviva Organização Feminista) desenvolvem suas atividades no município de Apodi desde o começo do milênio (por volta do começo dos anos 2000) – bem antes do Governo Federal assinar o decreto para desapropriação de hectares. Dessa forma, tais organizações acompanharam a resistência e ajudaram em diversos atos, sempre lado-a-lado com as camponesas. É muito fácil, portanto, visualizar que a presente autonomia feminina se vê ameaçada, graças ao Projeto da Morte. Ao mesmo tempo, o referido projeto de irrigação consegue trazer a força feminina, mais uma vez, ir à luta, visto que as mulheres que moram na região compuseram diversos protestos, sempre tendo o apoio da MMM (Marcha Mundial das Mulheres). Como se</p> |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>pode ver na pesquisa realizada (com a militante e coordenadora do Centro Feminista 08 de Março, na cidade de Mossoró/RN), a entrevistada possui conhecimento na área, uma vez que atua na mesma, e afirma visualizar a autonomia feminina na resistência pela Chapada do Apodi, além de notar a ameaça que se faz presente no Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi. Tais respostas levam à conclusão de que há, sim, autonomia feminina contra o Projeto da Morte.</p> |
|--|---|

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa confirmou a hipótese da autonomia das mulheres na região da Chapada do Apodi, configurando essa experiência como exceção ao modelo preponderante. Com ajuda de movimentos sociais esse território construiu-se um diálogo com a sociedade para forçar mudanças de valores que dificultam a igualdade de direitos entre os gêneros. As mulheres têm conseguido ampliar sua capacidade como agente de desenvolvimento, aproveitam as oportunidades de créditos, educação e protagonismo nos movimentos sociais. Conquanto, persiste a responsabilidade no trabalho da reprodução e do cuidado, já que

ainda não existe uma divisão igualitária das tarefas domésticas.

Neste sentido, conseguiu-se alterar aos poucos a realidade com transformações coletivas de valores que estão ancoradas em transformações estruturais. Distinto da maioria das experiências com a agricultura verifica-se que as mulheres participam ativamente da esfera produtiva gerando a autonomia alimentar e têm maior liberdade para escolherem seus horários e desempenharem trabalhos que gerem renda.

Mas essa autonomia encontra-se em atribulação com a implantação do Perímetro Irrigado na região, que expulsará essas mulheres e suas famílias desconsiderando a experiência agroecológica desenvolvida e visando apenas o crescimento econômico, que não se destinará a população local,

deslocar-se-á para o agronegócio, que opta por mão-de-obra masculina, além dos demais problemas que acarreta, como o acelerado desgaste do solo por causa da monocultura e grande quantidade de uso de agrotóxicos.

Por isso, essas agricultoras, referência de mulheres que compreendem e contribuem com o desenvolvimento territorial, junto das comunidades, resistem e lutam de todas as maneiras que conseguem contra o “Projeto de Morte”.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lize Vicente de. **O vestido e a enxada: a participação feminina no trabalho rural**. Departamento de Serviço Social/PUC – Rio, 2006.

BRASIL. **Decreto S/Nº 0-001, de 10 de junho de 2011**. Declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, a área da terra que menciona, localizada no Município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte. Diário Oficial da União. Brasília/DF, 10 de jun. de 2011.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS. **Projeto de**

**Irrigação Santa Cruz do Apodi será um marco para o desenvolvimento da região.**

2012. Disponível em: <[http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f\\_registro=2721&f\\_opcao=imprimir&p\\_view=short&f\\_header=1](http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f_registro=2721&f_opcao=imprimir&p_view=short&f_header=1)>. Acesso em: 21 de set. de 2014.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA** referente à implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, situado nos municípios de Apodi e Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte. Acquatool Consultoria, 2009.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2011**. CPT Nacional Brasil: Goiânia, 2012. 182p.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

COSTA, João Bosco Araújo da. **Desenvolvimento local e governança democrática: uma avaliação da gestão de Grossos**. In: Costa, João Bosco Araújo da e Coelho, Maria Ivonete Soares (Org.). **Desenvolvimento e políticas públicas no**

Oeste Potiguar: avaliações. Editora UERN, Mossoró, 2010.

DANTAS, Conceição. **Mulher, desenvolvimento e socialização do trabalho doméstico: considerações sobre os grupos produtivos de mulheres da região oeste potiguar.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

DELGADO, G. C. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil.** In: CARTER, M. (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.* São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DOSSIÊ-DENÚNCIA. **Projeto da Morte: Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi.** Mossoró, 2012.

FOLBRE, Nancy. **Medir los cuidados: género, empoderamiento e la economía de los cuidados.** In: BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; TORNS, Teresa (Org.). *El trabajo de cuidados: história, teoría y políticas.* Madrid: Catarata, 2011. Cap. 8, p. 278-304.

FREITAS, BMC. **Marcas da modernização da agricultura do**

**perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará** (Dissertação). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto – PIB. Apodi/RN.** 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=21&z=p&o=39&i=P>>.

Acesso em: 20 de set. de 2014.

KERGOAT, Daniele. **Divisão Sexual do Trabalho.** In: HIDRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MEDEIROS, João Paulo Vale de. **Vida e morte no campo: o perímetro irrigado de Santa Cruz do Apodi/RN.** In: Canuto, Antonio; Luz, Cássia Regina da Silva; Lazzarin, Flávio (Org.). *Conflitos no Campo – Brasil 2013.* CPT Nacional. Goiânia, 2013.

NAVARRO, Zander. **O MST e a canonização da ação coletiva.** In: Boaventura de Sousa Santos. *Produzir para Viver: os caminhos da produção não-*

capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PONTES, Andrezza Graziela Veríssimo. **Saúde do Trabalhador e saúde ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural.** Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Federal do Ceará – UFC, 2012, 263 f.

RIGOTTO, R. M.; MARINHO, A. M. C. P.; ELLERY, A. E. L.; SAMPAIO, J. L. F.; TUPINAMBA, S. V. **Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe.** In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE.** Fortaleza: Editora UFC, 2012.

RODRIGUEZ, Corina. **Análisis económico para la equidade: los aportes de la economía feminista.** Consejo

Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas y Centro Interdisciplinario para el Estudio de Políticas Públicas. *SaberEs*, n. 2. Sección Autora Invitada, 2010. p. 3-22.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Trabalho das mulheres na agenda da 3º Ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres.** Disponível em: <<http://www.sof.org.br/textos/7>>. Acesso em: 23 de set. de 2014.

SILVA, Maria Goreti. **A teimosia e a resistência silenciosa da camponesa.** In: *O Social em Questão.* Vol. 1, nº 1, Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social – Departamento de Serviço Social/PUC – Rio, 1997.

**Data de Recebimento:** 31/03/2015

**Resultado da Avaliação:** 20/04/2015